

## **A policrise do capital e a tríade ‘forma-Estado, ‘forma-valor’ e ‘forma-império’: a violência anômica**

### **The polycrisis of capital and the triad ‘state-form, ‘value-form’ and ‘empire-form’: anomic violence**

**Áquilas Mendes<sup>1</sup>**

#### **Resumo**

Este artigo analisa alguns elementos teóricos que podem lançar luz à compreensão da natureza do Estado, a categoria “forma-Estado”, buscando identificar na “forma-valor” o elemento unificador dos momentos econômico e político da sociedade capitalista, observando que na “policrise” do capital há uma intensificação do Estado, para responder ao ritmo intempestivo do capital em sua dinâmica de acumulação, com o crescimento de sua violência, particularmente reconhecida pela ascensão do neofascismo. Três partes compõem o artigo. A primeira parte apresenta as características das dimensões que compõem a policrise, com a intenção de esclarecer sua relação com o Estado capitalista — a ‘forma-Estado’ — que fomenta o aumento da violência. A segunda parte trata da compreensão do Estado no processo de produção capitalista, a partir da tríade “forma-valor”, “forma-Estado” e “forma-império”. A terceira parte apresenta elementos para compreender o fenômeno do aumento da violência anômica, com a generalização de movimentos políticos caracterizados como neofascistas.

**Palavras-chave:** Policrisis; forma-Estado; forma-Imperio; violencia; neofascismo.

#### **Abstract**

This article analyzes some theoretical elements that can shed light on the understanding of the nature of the State, the category “State-form”, seeking to identify in the “value-form” the unifying element of the economic and political moments of capitalist society, observing that in the “polycrisis” of capital there is an intensification of the State, to respond to the untimely pace of capital in its dynamics of accumulation, with the growth of its violence, particularly recognized by the rise of neofascism. Three parts make up the article. The first part presents the characteristics of the dimensions that make up the polycrisis, with the intention of clarifying its relationship with the capitalist State — the ‘State-form’ — which fosters the increase in violence. The second part deals with the understanding of the State in the process of capitalist production, based on the triad “value-form”, “State-form” and “Empire-form”. The third part presents elements to understand the phenomenon of the increase in anomic violence, with the generalization of political movements characterized as neofascist.

*Keywords:* Polycrisis; state form; empire form; violence; neofascism.

---

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Brasil; pós-doutor pela Universidade Autónoma Metropolitana-Xochimilco, México (correo eletrônico: [aquilasmendes@gmail.com](mailto:aquilasmendes@gmail.com))

## **Introdução**

Com a crise contemporânea, com passos mais firmes do capital em sua dinâmica de acumulação e dominação, é necessário retornar à questão do Estado, de forma mais aprofundada para compreender sua natureza e sua atuação mais violenta nesse modo de civilização em coexistência com os novos tipos de fascismos emergentes – o neofascismo – e analisar com maior aporte teórico o que Marx (2017) nos traz, o capital, como processo relacional. Portanto, devemos pensar o Estado a partir daí, também como um momento político do capital e, portanto, também, um processo relacional. Não basta exigir o que pretende a atual esquerda progressista latino-americana, reformar o Estado, se não se entende que isso é impossível, dada sua falta de compreensão do momento político do social, da relação de dominação do capital e de sua crise contemporânea.

Michael Roberts (2023) e William Robinson (2023) referem-se à crise capitalista contemporânea, especialmente desde 2007/2008, como a “policrise”. Esta categoria expressa a confluência e o entrelaçamento de diversas crises, quando analisadas na totalidade da crise capitalista: econômica (inflação e depressão), ecológica (clima e pandemia) e geopolítica (guerra e divisões internacionais). Isso é percebido em alguns países, onde o capital e o Estado atuam em conjunto para garantir a necessidade desse movimento reprodutivo, de forma cada vez mais violenta na exploração da classe trabalhadora, expropriando seus direitos sociais e trabalhistas (Boschetti, 2018) em ambiente de crise prolongada. Nesse contexto de violência contra a classe trabalhadora, assistimos ao movimento crescente em direção a ascensão da violência fascista do século XXI.

O processo de acumulação capitalista, que se manifesta imediatamente como um momento econômico, tem em sua gênese ontológica um “momento político” que torna “o econômico” e “o político” inseparáveis. Ávalos e Hirsch (2007) têm razão ao afirmar que se a dominação deve ser mediada pelo valor, a política e o Estado não são apenas formas desenvolvidas de valor, mas também se tornam mediações fundamentais das relações de dominação. A "policrise" parece estar consolidando uma economia mundial com a presença de um Estado cada vez mais violento globalmente. Isso indica que a relação orgânica entre capital e Estado é plenamente evidente no contexto contemporâneo. Assim, é possível dizer que a crise do capital vem intensificando o Estado em um mero negócio a serviço dos grandes capitalistas, independentemente do custo social.

Consideramos a filosofia política de Marx uma prioridade para desenvolver uma estratégia de enfrentamento à forma capitalista de civilização — dominação e subordinação —, uma relação social de dominação, minimizando os esforços daqueles que, como grande parte da esquerda latino-americana, defendem a reforma do Estado. Portanto, para realizar uma tarefa radical de pensamento, é necessária uma qualidade transgressora que rompa os limites das análises que se limitam ao aparelho estatal, mesmo que isso seja apenas aparente. É preciso ir além, ou seja, compreender a ‘forma-Estado’ que deriva da forma-valor, tal como oferecida pela crítica à economia política de Marx e a filosofia de Hegel, de acordo com a contribuição teórica de Ávalos (2021, 2022).

A partir dessa perspectiva teórica, surge a seguinte indagação central: Como compreender a dinâmica mais atual da relação orgânica entre Estado e Capital no contexto da 'policrise', apontando o caráter cada vez mais de violência anômica do Estado na contemporaneidade?

Assim, o objetivo deste artigo é discutir alguns elementos teóricos que podem lançar luz sobre a compreensão da natureza do Estado capitalista, a categoria ‘forma-Estado’, buscando identificar na ‘forma-valor’ o elemento unificador dos momentos econômico e político da sociedade capitalista, observando que na policrise do capital há uma perda progressiva do Estado para amenizar os desequilíbrios sociais gerados pelo ritmo intempestivo do capital em sua dinâmica de acumulação, com aumento de sua violência, com a coexistência do neofascismo.

O artigo está estruturado em três partes. A primeira parte apresenta características gerais da policrise do capital, com a intenção de esclarecer sua relação com o Estado capitalista - 'forma-Estado' - que estimula a ascensão da violência extremada. A segunda parte trata dos fundamentos mais gerais da teoria política de Marx, implícitos em sua crítica à economia política e a filosofia de Hegel, que contribuem para comentar o Estado no processo de produção capitalista, com base na tríade "forma-valor", "forma-Estado" e "forma-Império". A terceira parte apresenta elementos para compreender o fenômeno do aumento da violência anômica, com a generalização de movimentos políticos caracterizados como neofascistas.

## **1. Breves notas acerca da policrise do capital**

Desde 2007/2008, o capitalismo enfrenta uma depressão prolongada, que se intensificou na última década e pode ser considerada uma policrise (Roberts, 2023). Estamos nos referindo aqui à confluência e entrelaçamento de diversas crises, com

dimensões econômicas (inflação e depressão), geopolíticas (guerra e divisões internacionais) e ecológicas (pandemia e clima).

### **1.1 As dimensões econômica e geopolítica**

Economistas, como Michael Roberts, há muito que atribuem à crise capitalista, no período mais recente, a ideia de uma crise de “depressão prolongada” (Roberts, 2016). Em vez de emergir de uma recessão, as economias capitalistas permanecem deprimidas, com menor produção, investimento e crescimento do emprego do que antes, por um período bastante longo (Roberts, 2022). A terceira depressão – depois das de 1873-1897 e da década de 1930 – começou após o colapso financeiro global de 2007-2008. Esse período pós-2007/2008, segundo Roberts, pode ser chamado de uma longa depressão, e continuou até 2019, quando parecia que as principais economias não só estavam crescendo muito mais lentamente do que antes de 2007, mas estavam caminhando para um colapso completo. Para se ter uma ideia, a taxa de crescimento do PIB cai a cada década.

Segundo Roberts, quando analisada globalmente, essa taxa caiu de 4% entre 2003 e 2007 para 3% entre 2015 e 2019. Nas economias em desenvolvimento, caiu de 5,8% para 2,9%, respectivamente. Na economia chinesa, o declínio também foi muito perceptível nesses períodos, passando de 11,7% para 6,7%, respectivamente (Roberts, 2023a).

Quando analisamos a economia dos EUA, há sinais claros de que a capacidade do capital de expandir recursos produtivos e sustentar a lucratividade está diminuindo. Izquierdo (2023) mostra “uma estagnação prolongada” da taxa de lucro dos EUA no século XXI. Na década de 1990, com a recuperação neoliberal, a taxa de lucro subiu novamente para 16,2%, abaixo da média de 15,4% de 1970. Mas nas duas décadas deste século XXI, a taxa média caiu para apenas 14,3%, uma baixa histórica desde 1950. Isso levou a um menor investimento e crescimento da produtividade ao longo da década de 2010, o que Roberts (2022) chama de uma década da longa depressão. Por sua vez, Izquierdo (2023) acrescenta que a base econômica dos Estados Unidos foi significativamente danificada, enfraquecendo sua posição hegemônica no mundo capitalista<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Para abordar o declínio da hegemonia da economia dos EUA, Ivanova (2023) destaca seu déficit comercial com o restante dos países do mundo. Segundo a autora, o país só consegue pagar esse déficit por conta do monopólio que tem na emissão do dólar, que é a maior moeda de transação e reserva do mundo. Ivanova, por sua vez, ressalta que, por um lado, a hegemonia do dólar está se enfraquecendo gradativamente e, por

Além disso, pode-se dizer que a taxa de lucro do setor corporativo de empresas industriais e financeiras nos Estados Unidos caiu para menos de 7% nos anos seguintes à crise de 2007-2008 (Kliman, 2012). Kliman ressalta que a tendência de queda da taxa de lucro, ao desacelerar a economia capitalista americana, estimula a superprodução e a especulação, ao mesmo tempo em que leva a uma crise financeira como causa imediata desse processo.

Do ponto de vista teórico sobre a compreensão da crise capitalista, é interessante a argumentação de Callinicos (2014) quando aponta que, nos três volumes de *O Capital*, de Marx, é desenvolvida uma teoria articulada e completa das crises, baseada em uma concepção multidimensional das crises econômicas. Dentre as diferentes dimensões, vale destacar os fatores associados à “causalidade” das crises. Nesse sentido, é possível entender a lei da tendência de queda da taxa de lucro, o ciclo de bolhas e pânico no mercado financeiro. Assim, contempla-se aqui a segunda tendência de acumulação capitalista dos últimos 40 anos, explicitando sua crise por meio do crescimento vertiginoso do capital fictício<sup>3</sup>, na forma de títulos do governo, ações negociadas no mercado secundário ou como derivativos de todos os tipos (Chesnais, 2019).

O aumento dos ativos financeiros globais ocorreu intensamente na década de 1990. Em 2000, seu estoque era cerca de 112% maior do que em 1990. Em 2010, o crescimento foi de 91,7% em relação a 2000, e em 2014, atingiu um aumento de 42% em relação a 2010, correspondendo à expressiva cifra de US\$ 294 bilhões (Nakatani e Marques, 2020).

Neste contexto de crise capitalista de superacumulação e superprodução desde a década de 1970, e mesmo depois da crise de 2007-2008, não houve uma saída real para a crise. Chesnais (2019) destaca que, antes do início da pandemia, a perspectiva de crescimento econômico global para 2020, publicada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), era de apenas 2,9%.

Então veio a pandemia da COVID e a economia global sofreu uma severa contração. Roberts (2023a), com base em dados da UNCTAD, identifica essa situação de queda do PIB, do período de 2015 a 2019 até o período pandêmico de 2020 a 2022. Em

---

outro, há intenções por parte de outras potências econômicas, como os países BRICS, de reduzir sua dependência do dólar. Para mais informações sobre o declínio da hegemonia dos EUA, ver Roberts (2021a) e sobre as atividades dos BRICS, ver Roberts (2023c).

<sup>3</sup> Para compreender a categoria “capital fictício”, abordada em Marx (2017), ver seção 5 do Livro III de *O Capital*, particularmente a partir do capítulo XXV, principalmente no capítulo XXIX —“componentes do capital bancário”—, até o capítulo XXXIII. Formas contemporâneas de capital fictício incluem o mercado de derivativos e criptomoedas.

termos globais, caiu de 3% para 1,9%, respectivamente, nos países em desenvolvimento, diminuiu de 2,9% para 1,9% e na China, de 6,7% para 4,5%<sup>4</sup>. Com a crise pandêmica, é importante considerar o argumento central de Izquierdo et al (2021). Esses autores ressaltam que há grande incerteza sobre a devastação humana causada pela pandemia em nível global, principalmente em termos de sua duração, "profundidade e consequências de longo prazo da crise econômica gerada pela pandemia; e nas implicações políticas que tem dentro de cada nação e no contexto da geopolítica global." (Izquierdo et al, 2021, p. 13).

Agora, enquanto as principais economias estavam se recuperando da pandemia, o mundo foi atingido novamente pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia e suas ramificações para o crescimento econômico, o comércio, a inflação e o meio ambiente. Robinson salienta que "entretanto, a invasão russa da Ucrânia em 2022 e a resposta política, militar e econômica radical do Ocidente, juntamente com a nova guerra fria entre Washington e Pequim, estão acelerando um colapso violento do sistema internacional do pós-guerra" (Robinson, 2023, p. 2). Nesse contexto, Roberts (2023d), na mesma linha de argumentação de Izquierdo (2023), como já comentamos anteriormente, sustenta que há um enfraquecimento da posição hegemônica do capitalismo norte-americano no mundo. Atualmente vivemos o que alguns autores chamam de "fragmentação geopolítica" (Aiyar et al, 2023), ou seja, o surgimento de blocos alternativos que tentam romper com o bloco imperialista liderado pelos Estados Unidos. A invasão russa da Ucrânia é a prova desta "fragmentação", bem como a guerra Israel-Gaza.

Outra dimensão da crise econômica dos últimos dois anos diz respeito ao aumento da inflação nas economias ao redor do mundo. Roberts (2023b) apresenta alguns dados de abril de 2022. Os países do G7 registraram altas taxas como: Reino Unido (9,0%), Estados Unidos (8,3%), Alemanha (7,4%), Canadá (6,8%), Itália (6,0%), França (4,8%) e Japão (2,4%). Alguns outros países apresentaram taxas ainda mais altas: Rússia (17,8%), Nigéria (16,8%), Polônia (12,4%), Brasil (12,1%) e Holanda (9,6%). Concordamos com Roberts (2023b) quando afirma que "as causas da inflação não se encontram numa oferta excessiva de moeda (teoria monetarista) ou em salários excessivos que elevam os preços (teoria keynesiana)" (Roberts, 2023b: 8). Sob uma interpretação diferente, especialmente entre economistas marxistas, a razão para a aceleração da inflação nestes anos deve estar relacionada à contração da oferta, tanto na

---

<sup>4</sup> Para uma análise mais detalhada da relação entre a pandemia de Covid-19 e a crise capitalista, ver Izquierdo et al (2021), particularmente a seção I, "Coronavírus: crise humana e crise econômica".

produção quanto no transporte, em parte devido aos bloqueios na cadeia de suprimentos após a crise da COVID-19. Isso pode ser explicado pela guerra entre Rússia e Ucrânia e também pelo baixo crescimento da produtividade nos principais setores de bens da economia mundial (Roberts, 2023b).

## **1.2 A dimensão ecológica**

Essas dimensões da crise do capital estão interligadas a outra: a destruição ecológica causada pelo capitalismo. Vários autores abordam as causas da pandemia em relação à expansão ilimitada da acumulação capitalista (Foster e Suwandi, 2020; Wallace, 2016). Para Wallace (2016), a agroindústria de larga escala atua na criação e disseminação de novas doenças. Isso ocorre porque as monoculturas de animais domésticos, criados em grandes números e em espaços confinados, levam a altas taxas de transmissão em ambientes com respostas imunológicas enfraquecidas. Ou seja, o aumento do surgimento de vírus está intimamente associado à produção de alimentos e à lucratividade das empresas multinacionais.

Do outro lado desta crise, é importante considerar o pesadelo iminente do aquecimento global – a crise climática – que recai muito mais sobre os pobres e vulneráveis em todo o mundo (Roberts, 2021). O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2022 lembra-nos que os últimos anos registraram mais temperaturas recordes, incêndios e tempestades em todo o mundo (Roberts, 2023).

Dados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, apresentados em 2021 à Convenção das Nações Unidas, são alarmantes, principalmente no que se refere à exposição e vulnerabilidade a ondas de calor extremas, com base em três níveis de aquecimento global médio acima do período pré-industrial: 1,5°C exporá 3,96 bilhões de pessoas (1,19 bilhão mais vulneráveis); 2°C exporá 5,99 mil milhões (1,58 mil milhões dos mais vulneráveis) e 3°C exporá 7,91 mil milhões (1,71 mil milhões dos mais vulneráveis) (Marques, 2023). É possível dizer que a sinergia entre esta crescente exposição ao calor extremo, bem como cada uma das grandes crises socioambientais, caracterizadas por (i) a aniquilação da biodiversidade; ii) a emergência climática; iii) os níveis pandêmicos de doenças - físicas e mentais - e mortes prematuras por poluição química e industrial que enfrentamos, representam um risco existencial potencial para a humanidade como um todo.

Marques (2023) argumenta que para uma região se tornar inabitável, basta que ela atinja sazonalmente picos de calor insuportáveis, o que ocorrerá em vários países nos

próximos anos e décadas (no caso de um forte El Niño). Este mesmo autor alerta que estamos chegando a uma curva de risco sem linhas divisórias claras. Segundo suas considerações, “esta curva, que nos leva de um planeta mais hostil a um planeta inabitável e, portanto, à nossa extinção ou ao fim de nossas possibilidades de desenvolvimento, não só já está tomando forma, como também está se acelerando muito rapidamente” (Marques, 2023: 30). Nesse contexto, Marques chama a atenção para o título do relatório de 2019 do *Institute for Public Policy Research*, que parece caracterizar nossa era atual: “a era do colapso ambiental”.

Outro importante efeito da crise ecológica tem sido as inundações. Elas têm se constituído no tipo de desastre mais comum em nível mundial e frequentemente são acompanhadas de furacões. Mcnamara e Bramba (2025) chamam a atenção que os efeitos das inundações na saúde incluem o risco aumentado de surtos de doenças, como hepatite, particularmente, em pessoas dos países de baixa renda e aumento do sofrimento psicológico.

Em fevereiro de 2023, no Fórum Económico Mundial (FEM) em Davos, os membros da classe capitalista transnacional (CCT)<sup>5</sup> discutiram as várias dimensões da “policrise”, mas pareciam estar perdidos sobre como reestabilizar o capitalismo global e repelir a ameaça de revolta em massa vinda de baixo, bem como a da extrema direita e do neofascismo à globalização capitalista (Robinson, 2023).

Em seu último relatório, "Sobrevivência dos Mais Ricos", a agência de desenvolvimento Oxfam indica que as fortunas dos bilionários estão aumentando em US\$ 2,7 bilhões por dia, embora pelo menos 1,7 bilhão de trabalhadores agora vivam em países onde a inflação supera os salários. Em meio à crise global de energia e alimentos, as 95 maiores corporações de alimentos e energia mais que dobraram seus lucros em 2022, gerando US\$ 306 bilhões em lucros inesperados e pagando US\$ 257 bilhões a acionistas ricos, enquanto quase um bilhão de pessoas passaram fome ao redor do mundo (Robinson, 2023). O relatório alertou que três quartos dos governos do mundo estão planejando cortes nos gastos públicos nos próximos cinco anos, incluindo em educação e saúde, totalizando impressionantes US\$ 7,8 trilhões.

Estamos diante da decomposição da civilização capitalista. O compromisso do CCT, como Robinson (2023) o chama, de defender e expandir a todo custo a acumulação infinita de capital em escala global torna isso impossível. Não verificamos as

---

<sup>5</sup> Esta categoria CCT é criada por Robinson (2015).

possibilidades da classe dominante global oferecer soluções viáveis para a crise da época. O resultado é uma crescente instabilidade subjacente na economia global. A CCT adquiriu um interesse pessoal na guerra, no conflito e na repressão como meio de acumulação. Assim, Robinson (2018) é específico quando argumenta que há outro mecanismo que tem sustentado a economia global em um período de policrise e que empurra o sistema em direção a um 'estado policial global': a acumulação militarizada e a acumulação por repressão. À medida que a guerra e a repressão patrocinadas pelo Estado se tornam cada vez mais privatizadas, os interesses da CCT mudam o clima político, social e ideológico em direção à geração e manutenção de conflitos sociais e à expansão de sistemas de guerra, repressão, vigilância e controle social.

Assistimos, assim, a uma hipertrofia da violência física legítima do Estado capitalista, como um dos seus monopólios definidores, colocado ao serviço do grande capital mundial, em plena consonância com a fase atual da acumulação capitalista, a sua policrise. Nesse sentido, é fundamental compreender melhor a natureza teórica do Estado capitalista em sua relação orgânica com o capital, o que acaba trazendo implicações para o seu desenvolvimento, com aumento da violência, o que será discutido na próxima seção deste artigo.

## **2. A tríade lógica: forma-valor, forma-Estado e forma-império**

Consideramos importante contribuir com alguns elementos teóricos que possam lançar luz à compreensão da natureza do Estado, ou seja, sua essência, a 'forma Estado' - a lógica pela qual essa autoridade suprema é constituída - e como a atual policrise rompe esse espaço de racionalidade para manter a ordem social, intensificando a precariedade do processo estatal, com uma intensificação da violência. Trata-se de compreender que essa forma política, na representação do Estado, integra as relações capitalistas de produção e, portanto, as formas sociais do modo de produção capitalista, assegurando a forma mercadoria e a forma valor do capital.

Por sua vez, entendemos que é essencial deduzir os três momentos, da tríade da lógica hegeliana, a forma-valor, como forma social, a forma-Estado e a forma-Império para a análise do Estado em todo o processo de acumulação capitalista, cada vez mais militarizado e repressivo.

Torna-se importante examinar a forma social, como eixo articulador do universo político do mundo moderno, ou seja, a forma que as relações entre os seres humanos assumem. A forma social correspondente a esse processo de modernidade é a forma-

valor. Para isso, consideramos importante nos basearmos na contribuição da crítica de Marx à economia política (2013; 2014; 2017), a partir do exercício de sua crítica.

## 2.1 A forma-valor

É verdade que a 'forma-valor', ao constituir-se como o sentido principal do capitalismo, torna inevitável a necessidade de um espaço especificamente político que possa garantir que as decisões dos cidadãos sejam guiadas pela lógica do valor.

O político e o capital constituem formas semelhantes, entrelaçadas na existência da vida social. Ávalos é categórico quando diz que perceber o capital como apolítico esconde “seu funcionamento essencialmente político de tipo oligárquico, autocrático e despótico” (Ávalos, 2021, p. 87) e, acrescentaríamos, de tipo neofascista, quando analisamos esse cenário contemporâneo do capital em crise.

Em princípio, a forma-valor trabalhada por Marx aparece como uma categoria econômica, como fundamento de sua crítica à economia política. Entretanto, segundo Ávalos (2016), é dessa categoria que se deve extrair seu sentido filosófico para situá-la como fundamento da existência política da sociedade moderna.

Portanto, a forma-valor não é fundamentalmente uma categoria econômica. Por sua vez, Ávalos sustenta que quando Marx descreve a forma-valor, ele se refere à relação entre os seres humanos mediada por uma abstração que representa “sinteticamente o ritmo do trabalho realizado, concretizado em um produto e condensado em uma expressão unitária, o signo, com validade suprema” (Ávalos, 2016, p. 27). Ávalos comenta então que: “a forma-valor adquire um caráter fluido e, portanto, deve ser conceituada como um processo que, ao mesmo tempo, unifica e separa os sujeitos com base em seu trabalho social” (Ávalos, 2016, p. 27). Assim, a forma-valor implica processo relacional, um modo de poder. Valor é o ser relacional que habita os sujeitos. Ávalos ressalta que esse ser relacional faz com que o sujeito, no sentido plural, “aja, sinta e pense, e se manifesta em mercadorias e dinheiro; cada um destes dois fatores tem materialidade e um signo representativo: o preço dará a realidade efetiva” (Ávalos, 2016, p. 28). É por isso que o autor diz que “o desenvolvimento da ideia de forma-valor está ligado em Marx ao tema da alienação e este à teoria da exploração” (Ávalos, 2016, p. 28).

Marx, ao abordar os temas da alienação e da exploração, também os vinculou à essência do poder associado à relação social de dominação que permeia toda sociabilidade capitalista. Essa essência se refere principalmente à dominação do capital sobre o trabalho e também se estende a todas as áreas da sociedade, com o poder do capital sendo realizado

de diferentes maneiras. Nesse sentido, Ávalos (2021) vincula essa dominação do capital à dimensão estatal do capitalismo. Este autor ressalta que isso é consistente com a lógica e os vários níveis da crítica de Marx à economia política. Na construção lógica, Ávalos faz questão de dizer que o Estado foi abordado por Marx como uma síntese concreta da implementação do capital, e que em suas pesquisas o estudo do Estado ocuparia um lugar posterior em sua obra, somente a partir do final do século em sua obra seminal, *O Capital*.

Assim, as formas que o processo de dominação assume não se referem apenas à compra ou venda de força de trabalho como mercadoria ou à exploração no processo de produção. Ávalos (2001) aponta também as formas mais sutis e igualmente efetivas, como as relações pessoais fora do mercado, os laços familiares, os processos educativos formais e informais, a subjetividade psicológica e corporal, até mesmo as formas políticas de organização das nações, dos Estados e da sociedade internacional. Neste ponto, o autor enfatiza que o capital não é o aspecto "econômico" da sociedade, mas sim um modo de vida para os seres humanos. E essa vida sob a tutela do processo de dominação corresponde à sua própria forma política e à sua constituição estatal. Dessa forma, Ávalos insiste que quando se entende que o que é crucial para o capital é o processo de dominação entre os seres humanos, então a política e o Estado podem ser compreendidos como uma nova dimensão (Ávalos, 2022). Em particular, neste tópico, Ávalos aprofunda sua compreensão da essência do Estado capitalista, precisamente ao deduzir a “forma-Estado” da “forma-valor”.

Nessa perspectiva, Ávalos (2015) reforça que a vida política, nesse sentido, só se exerce por meio do “código de valor”. Como reflexo desse sentido da política, os processos de troca, superação do medo e do ódio, da insegurança e da fragilidade, são os alicerces da política moderna.

Assim, é importante considerar o que Ávalos chama de momento político na sociedade em que a política moderna está tomando forma. A política passa então a ser entendida como “a atividade especificamente humana de deliberação, decisão e execução de normas e práticas que afetam uma comunidade como um todo” (Ávalos, 2015, p. 44). A partir disso, é importante entender o próprio Estado como institucionalização desse momento político. Considera-se que esta situação implica a existência de uma esfera de práticas humanas, onde a vontade de organizar os imperativos que constituem a sociedade é importante, tornando-se assim a esfera da política.

Nessa perspectiva, a forma-valor é fundamental para compreender filosoficamente, como insiste Ávalos (2016), o mundo da modernidade e seus

fundamentos. Trata-se de reconhecer que faz parte do desdobramento da forma de valor como um processo relacional de poder, forçando o universo político a se fragmentar em espaços com suas respectivas lógicas: vertical, política institucional, e horizontal, política comunitária. Em essência, esta última política é constantemente negada pela operação da política mercantil do capital. Portanto, podemos entender que o Estado, como uma unidade idealmente comunitária e entidade jurídica vinculada à liberdade, torna-se uma entidade reificada com poder opressivo sobre a sociedade civil.

## 2.2 A forma-Estado

Assim, a 'forma-estado' deve ser identificada como uma dedução da 'forma-valor', o que demonstra o vínculo entre a lógica de Hegel e a lógica da crítica da economia política. É neste núcleo da 'forma-valor' que se encontra o papel logicamente negativo do Estado, como característica essencial da expressão 'forma-Estado'. Ávalos (2021) comenta que o Estado é um capital negativo (com base na contradição hegeliana) porque sua finalidade não é o lucro, mas sim garantir a reprodução do capital.

Ávalos (2007), em seu rigor científico sobre o Estado, apresenta o sentido lógico de deduzir a forma-Estado da forma-valor. Para ele:

“la forma valor se desenvuelve como mundo económico arrastrando sus contradicciones constitutivas las cuales estallan, por lógica, en las crisis, en las que sin duda aparece la necesidad del momento negativo del valor [...]”, este es, el Estado, “[...] no solo porque el capital se desvaloriza en sí mismo, sino sobre todo porque para la superación de tal situación se requiere un capital que contradiga su esencia, es decir, un capital cuya empresa no sea la obtención de ganancia” (Ávalos, 2021, p. 90).

Na tentativa de reforçar a reflexão sobre a ‘forma-Estado’, Ávalos acrescenta que sua expressão, situada no plano jurídico e político, representa um desdobramento necessário do capital como forma social e como processo. Este autor resume: “O Estado é uma forma social, isto é, uma relação social levada ao nível do pensamento, com estatuto igual à ‘forma valor’, à ‘forma mercadoria’, à ‘forma dinheiro’, à ‘forma capital’. A ‘forma Estado’ é uma manifestação política do mesmo sistema de relações sociais de troca mercantil com orientação acumulativa” (Ávalos, 2007, p. 37). Assim, Ávalos menciona em palavras sintéticas: "as relações sociais capitalistas são relações humanas, relações entre seres humanos, que se desdobram em uma esfera econômica e uma esfera jurídica e política, como duas esferas não apenas diferentes, mas separadas, cada uma com suas próprias estruturas e legalidades" (Ávalos, 2007, p. 37).

Ávalos se dedica a uma análise ontológica e lógica, a partir da contribuição de Hegel, para descrever a lógica do capital e perceber o Estado como um ‘processo

relacional' (Ávalos, 2001), de natureza contínua, ocultando relações de dominação geradas pela sociabilidade capitalista, mantendo a exploração do trabalho. Portanto, se o capital é um valor que se avalia através do poder, a vontade jurídica e política serão figuras do próprio capital. Portanto, o Estado não deve ser analisado apenas a partir de sua forma imediata e acabada, tal como se manifesta empiricamente – isto é, por meio de seu aparelho –, mas deve ser submetido a uma rigorosa análise lógico-ontológica, a fim de identificar as contradições internas existentes em sua essência e as bases de sua manifestação alienada (Ávalos, 2001). Dessa forma, o direito e o Estado não são apenas necessidades ontológicas para a realização da categoria do capital como categoria acabada, mas da totalidade do capital como conceito universal.

Vale a pena insistir no raciocínio desenvolvido por Ávalos (2021) sobre extrair da crítica da economia política os fundamentos para uma consideração crítica do Estado. Nesse sentido, torna-se apropriado retornar ao argumento da dedução da 'forma-Estado' a partir da 'forma-valor'. Marx, ao abordar a "forma-valor" no primeiro capítulo de *O Capital*, revela, segundo Ávalos, seu claro espírito filosófico hegeliano na maneira de raciocinar as diferentes formas em que o valor, assim como o espírito, assume diferentes figuras como mercadoria, dinheiro e capital.

O valor, sendo uma relação social, é um processo que passa por diferentes movimentos (momentos), em evolução, que o constituem em seu ser desdobrado. Dessa forma, Ávalos (2021) chama a atenção para o fato de que o capital é uma 'relação em processo', em que nunca deixa de ser capital, sendo, portanto, uma relação processual. Assim, pode-se também referir-se ao Estado (forma-Estado) como uma relação processual. Essa relação se revela como uma relação de dominação e sujeição forçada (trabalho alienado), pois está enraizada no processo de produção e reprodução da vida e tem no Estado seu momento político dessa dominação.

Ávalos (2021) destaca que o Estado “também pode sacrificar capitais individuais, mas sua missão racional é preservar a ordem social como um todo dessa negatividade (hegeliana), o que lhe permite atuar, inclusive absorvendo as perdas dos diferentes capitais. Isto torna-se mais evidente em tempos de crise” (Ávalos, 2021, p. 113). Destacamos aqui o caráter do Estado agindo racional e negativamente, como expressa Ávalos, que se aproxima muito mais da compreensão da 'forma-Estado'. Nesta perspectiva, destacamos a observação contundente de Ávalos sobre a 'forma-Estado':

“La ‘forma Estado’ se refiere precisamente a ese proceso relacional mediante el cual una abstracción (el Estado lo es) adquiere realidad cuando los sujetos relacionados que lo

constituyen se someten a la ley, al orden legal, amparado coercitivamente como es obvio, porque esa autoridad parte, en el mejor de los casos, del procedimiento democrático más limpio y puro.” (Ávalos, 2021, p. 114).

É neste contexto que Ávalos reitera o surgimento do “papel logicamente negativo do Estado”, que é uma das características essenciais da expressão ‘forma-Estado’. Aqui, ela assume o caráter de superação de conflitos, como um novo momento no desenvolvimento do capital, no qual se produz a unidade do capital global, do capital como um todo. A ‘forma-Estado’ incorpora o capital como uma totalidade sistêmica, que pode ser chamada de império – ‘forma-Império’. O império abrange estados dominantes e estados subordinados, em uma ordem mundial de poder e dominação que não se apresenta como tal. Assim, Ávalos aponta, em síntese: “a ‘forma-Estado’ torna-se, na verdade, a ‘forma-império’, coroamento do processo relacional conceituado por Marx, cujo núcleo é a ‘forma-valor’” (Ávalos, 2021, p. 114).

### **2.3 A forma-Império**

Pode-se dizer que o Estado é a concretização da liberdade como costume de um modo de vida racional. Esse modo de vida só pode ser alcançado no mundo moderno, não de forma homogênea e racional, mas por meio de uma lógica imperial, como sendo a lógica do todo, do mundo moderno, do mundo do capital (Ávalos, 2021a). É neste sentido que Ávalos sublinha a expressão filosoficamente fundamentada da ‘forma-Império’, um nível superior da forma-Estado, a partir da sua dedução da forma-valor.

Ao buscar uma análise mais ampla do capital como forma de civilização, ela não deve se restringir a uma mera relação de dominação. Na verdade, é preciso ir além, entendendo que uma relação social de dominação se torna mistificada e fetichizada à medida que se configura. Assim, Ávalos argumenta que a maneira mais concreta pela qual o capital aparece é na separação entre o mundo político e o mundo econômico. Nesse sentido, fica claro que o mundo do capital se apresenta como um sistema político de Estados interligados. Segundo Ávalos, "quando o capital se torna um sistema de Estados, ele aparece como um sistema de Estados nacionais soberanos, governados pelo direito internacional e pelo ideal de paz perpétua kantiana como horizonte a ser alcançado" (Ávalos, 2016, p. 32).

Segundo Ávalos, a especificidade da forma-Império do capital está relacionada à ideia de que o capital domina tudo, embora nas esferas material, cultural, militar e simbólica possa haver um Estado que tenha hegemonia sobre o sistema como um todo. De fato, vale a pena considerar a reflexão de Ávalos a esse respeito: “não é que o Estado

e o Império sejam instrumentos de controle e pilhagem; a dominação, o controle e a pilhagem existem, mas de uma forma tão sutil e cotidiana que parecem relações de mercado inocentes” (Ávalos 2016, p. 32). Assim, Ávalos é categórico ao dizer que o império da forma capitalista de civilização não é do mesmo tipo que os impérios antigos ou medievais. A rigor, seu modo de operação é sutil, como a própria forma de dominação que o capital esconde, permitindo a existência de Estados nacionais soberanos, mas restringidos pela lógica do capital.

Nessa perspectiva, vale destacar que, segundo Ávalos (2016), “forma-império” não é “imperialismo”. Mas 'forma-império' é uma expressão que se refere a uma relação entre seres humanos que é mediada por uma hierarquia entre grupos constituídos em diversas unidades políticas delimitadas territorialmente. Ávalos diz: "A hierarquia entre esses grupos se baseia não apenas na transferência de recursos, por diferentes meios, de unidades subordinadas para hegemônicas, mas sobretudo na possibilidade diferenciada de tomada de decisões. Enquanto os Estados dominantes podem decidir, os Estados subordinados decidem, mas no quadro de determinações superiores” (Ávalos, 2016, p. 32-33). A vida política na “forma Império” acaba por ser diferenciada. Isso porque, enquanto os Estados mais poderosos, os dos países capitalistas centrais, conseguem organizar sua vida política de certa forma autônoma, os demais Estados, dos países capitalistas dependentes, enfrentam limitações para terem decisões e execução pela comunidade.

Nessa linha de argumentação, Ávalos resume que se trata do capital como um processo relacional universalizado que se torna o Estado, também entendido como um processo relacional, mas com outras instâncias institucionais de implementação, que podemos associar à 'forma-Império'. Em outras palavras, nesse processo, entendendo a lógica do todo, o Estado é marcado pela relação imperial ('forma-Império'), ou seja, pela totalidade do movimento do capital regido pela forma-valor.

Por fim, vale destacar que a 'forma Império' implica constituição de uma ordem global, na qual o mundo da vida, de um polo imperial, torna-se uma régua para os diversos povos. Dessa forma, Ávalos ressalta que “a forma de império implica relações hierárquicas entre Estados e, portanto, a possibilidade inerente de compatibilização de solidariedades mecânicas e orgânicas, desde que essa assembleia seja regida por um único princípio: a acumulação de capital”. (Ávalos, 2012, p. 19).

O desenvolvimento da forma-valor, no âmbito totalizador da vida social em escala global, como pode ser deduzido do que foi dito até agora, implicaria que a forma política dos Estados constitui uma necessidade do capital, da qual deriva na 'forma-Império'.

Ao abordar a tríade 'forma-valor', 'forma-estado' e 'forma-império' à luz da contribuição teórica de Ávalos, podemos entender melhor o processo de avalanche que os estados têm enfrentado nestes tempos turbulentos de policrise (Ávalos e Mendes, 2024). Esse arcabouço teórico ajuda a esclarecer a força da dinâmica do capital que pode levar a um processo de acumulação mais militarizado e repressivo, com características neofascistas, possibilitando a produção de maior violência.

### **3. A violência anômica: o neofascismo em curso**

Com a policrise do capital, o modo de produção capitalista entrou plenamente em uma nova etapa do seu desenvolvimento histórico, provocando mudanças globais vertiginosas, ou seja, um processo de acumulação militarizado e repressivo, como aponta Robinson (2018). Ao mesmo tempo, assistimos a um processo de escalada da violência anômica, sem leis e organização, com características neofascistas, impulsionado pela “forma Estado” e pela “forma Império”.

Compreender o fenômeno da violência anômica crescente exige refinar o horizonte a partir do qual ele é examinado. Primeiro, é importante considerar a natureza intrínseca, imanente e ameaçadora da violência em uma sociedade capitalista, baseada em relações sociais de dominação e exploração, restringidas e contidas por instituições que salvaguardam essa ordem. Tal violência fundadora implica, então, presença estrutural da violência na sociabilidade capitalista, porém, institucionalizada justamente no Estado que já não leva em consideração suas regras e segue com a ascensão da violência.

Quando as ciências sociais tentam definir o Estado, elas invariavelmente se referem ao monopólio de algum fator como sua característica central. Ávalos (2018) argumenta que não há Estado se não houver fenômeno de monopolização de algum tipo de poder: o de governar, o de fazer as leis, o de julgar e determinar penas e castigos, o de administrar os negócios públicos, o de cobrar impostos e o mais característico de todos: o da violência física e simbólica legítima.

Consideramos importante mencionar a observação de Ávalos (2015) sobre a caracterização deste Estado no exercício do seu poder, dos seus monopólios. Não se trata de entender que o Estado é monopólio de um ou de todos esses cinco poderes, mas sim de esclarecer que o Estado é muito mais um processo cujo desenvolvimento envolve cada

um dos monopólios. Nesse sentido, é preciso destacar as implicações de entender o Estado como um processo relacional. É no mundo da modernidade que o desenvolvimento do capital, entendido como relação processual, ou seja, de dominação e sujeição forçada (trabalho alienado), se baseia na subordinação dos seres humanos, e inclui os momentos políticos dessa relação de poder, até se tornar Estado.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que o Estado busca assegurar a necessária relação coercitiva com o processo de produção e reprodução da vida, mas sem aparentar fazê-lo. É nesse cenário que podemos perceber a execução dos monopólios estatais, demonstrando o princípio da “estatalidade” (Ávalos, 2015).

Sabemos que alguns autores mencionam que o Estado não é apenas a comunidade política moderna, mas também sua condensação material (objetificada) em um aparelho estatal concreto, exercendo seus monopólios (Poulantzas, 1976). Certamente não se trata de negar essa dimensão específica do aparelho estatal, mas sim de vê-lo a partir da perspectiva de sua "forma", isto é, do Estado como um "processo" e não meramente como uma instituição fixa, como mencionado na seção anterior deste artigo. Ávalos (2015) nos alerta que o Estado deve ser entendido como ambos. Por um lado, o Estado é a comunidade ou associação política organizada de forma racional para assegurar a ordem social necessária à circulação do capital e, por outro, é um conjunto de instituições – um momento cósmico, como diz Ávalos – que aparentemente se situa acima e fora da cidadania e, portanto, tem um papel autocrático, ditatorial, despótico e totalitário, mas que não aparece, e só se revela em certas e específicas circunstâncias, quando esse poder (momento político) está orientado para salvaguardar as relações sociais capitalistas. Ainda assim, Ávalos comenta que, embora o Estado e a violência totalitária sejam aparentemente incompatíveis, a contradição constitutiva do Estado pode significar a introdução de um governo despótico sobre a comunidade cidadã, violando a população em geral. Ávalos explica melhor esta situação quando diz que “esta visão cósmica do Estado faz parte do fenômeno do próprio Estado, do que poderíamos chamar de fetichismo ou mistificação que envolve o Estado e que tem origem na contradição do Estado (Ávalos, 2015, p. 56). Daí podemos nos referir à fetichização do Estado.

Ao abordar a importante ideia da contradição do Estado, devemos mencionar os princípios contraditórios que sustentam a ideia de “estatalidade”. O primeiro princípio, Ávalos (2015) o chama de *Estado Leviatã*, que tem o poder concentrado em uma autoridade suprema com autoridade suficiente para impor coercitivamente uma ordem normativa. Ao mesmo tempo, deve existir também o outro princípio, o *Estado Res-*

*Pública*, que nega o primeiro, mas, simultaneamente, dele depende, numa clara relação dialética. Este princípio busca conter o perigo de concentração de poder e eliminar decisões arbitrárias de uma única pessoa, garantindo padrões de ordem social. Portanto, esse princípio, ao rejeitar a concentração de poder, sustenta que a entidade comunitária como um todo é o verdadeiro sujeito da ação governamental. Contudo, Ávalos faz questão de chamar a atenção para o fato de que este segundo princípio, para não ser tornado impotente, acaba exigindo o exercício do primeiro.

É nessa relação dialética entre os dois princípios que podemos compreender o que Ávalos (2016) atribui ao espaço de conciliação, por sua vez, entre os dois aspectos necessários do Estado. Em outras palavras, trata-se da verticalidade do poder e da horizontalidade da coesão social. Nesse sentido, entende-se que esses dois princípios que constituem o Estado, dando-lhe o caráter de unidade, em permanente tensão e movimento, caracterizam o que Ávalos nos apresenta como “estatalidade”, ou seja, o processo estatal que inclui sua contradição constitutiva.

É possível admitir, no mundo contemporâneo da policrise, a hipertrofia do princípio do *Estado Leviatã* sobre o princípio do *Estado Res-Pública*. Um exemplo claro dessa situação são os golpes de estado que instauram governos ditatoriais e autocráticos, que, em seu conjunto, cometem “crimes de Estado”. Essa referência é muito típica quando se analisa a condição de Estado em países latino-americanos. Ao desenvolver esta reflexão, pode-se admitir que o desequilíbrio entre estes dois princípios tende a instalar uma situação de ruptura da “estatalidade”, ou seja, uma tensão desigual de um dos elementos do binômio dialético (*Estado-Leviatã*) sobre o outro e promover a escalada da violência.

Concordamos com a afirmação categórica de Ávalos (2015a) quando explica que com a ruptura do Estado assistimos à produção, ao mesmo tempo, de maior autoritarismo e violência, com características neofascistas, como presenciamos na contemporaneidade. Particularmente, em tempos de ascensão do neofascismo, o processo de dissolução de sua função coesa, ao atingir o momento político de consenso politicamente legitimado, articula-se com o uso exacerbado da violência do Estado.

Como implicações da policrise do capital, fica claro que o Estado – forma-Estado –, percebido como um processo relacional, não parece desempenhar o papel de ocultar as relações de dominação do capital. Ela se revela na forma de poder “nu”, rompendo com o papel do Estado de acordo com a sociabilidade capitalista. A lógica adotada pelo poder estatal tem garantido o estabelecimento dos poderes dos interesses privados. Essa lógica

fazia sentido com os ajustes fiscais permanentes que se tornaram a marca das ofensivas do capital para enfrentar o capitalismo em crise (Behring, 2022). A busca incessante pelo equilíbrio fiscal tem levado muitos Estados a adotarem políticas econômicas restritivas - ultraneoliberais - (Mendes, 2022), por meio de reformas ortodoxas que reduzem direitos trabalhistas, políticas sociais, meio ambiente, usurpação de verbas públicas por meio de dívida pública e pagamento de juros, e aprofundamento das desigualdades de classe, gênero e raça (Boschetti, et al 2023; Boschetti, 2023), e também algumas manifestações, como a ascensão da extrema direita, o neofascismo (Carnut, 2021; 2022).

No contexto da policrise do capital, estamos testemunhando um aumento significativo de partidos e organizações políticas de extrema direita autoritárias ou neofascistas, que em alguns casos até ascenderam ao poder estatal. Alguns exemplos de onde o movimento neofascista encontraram expressão dentro do aparelho de Estado, além da sociedade civil, são representativos: D. Trump e a extrema direita republicana nos Estados Unidos, a Alternative für Deutschland (AfD) na Alemanha, Vox na Espanha, a Front National da família Le Pen na França, a Lega de M. Salvini na Itália, Vlaams Belang na Bélgica, o Freiheitliche Partei Österreichs (FPÖ) na Áustria, V. Orbán e Fidesz na Hungria, o extinto Golden Dawn da Grécia, R. Erdoğan e o Ak Parti na Turquia (Bonnet, 2023). Para somar a esta lista, destacamos esta expressão neofascista em países da América Latina (Carnut, 2023), embora com especificidades em cada caso: Brasil com Jair Bolsonaro, El Salvador com Nayib Bukele, Chile com Kast, Bolívia com Añez, Peru com Keiko Fujimori, mais recentemente na Argentina, com Milei.

Imersos neste cenário problemático, é razoável que revisitemos o fenômeno do neofascismo. A categoria neofascismo é utilizada para abarcar as dimensões de adaptabilidade, hibrididade e mutabilidade do fenômeno fascista ao longo de um século de história, permitindo compreender as novas formas e conteúdos do fascismo no século XXI (Mattos, 2020). A adoção dessa categoria de neofascismo se aplica bem à realidade, por exemplo, da política brasileira, com a presença de grupos e interesses do capital, juntamente com grande efetivo militar, compondo o governo Bolsonaro com a agenda econômica de desmonte de direitos trabalhistas e sociais, intensificação da exploração da força de trabalho e transferência de verbas e serviços públicos do Estado para o poder de acumulação privada, e aumento do poder coercitivo e repressivo do Estado.

Quando falamos de “novo tipo de fascismo”, ou “neofascismo”, será sempre um termo contestado (Carnut, 2023). Quando se diz que o fascismo não pode ser identificado para além de seu tempo histórico (fascismo entre guerras) ou, ainda, fora da Europa, isso

denota, em geral, o corte que se faz sobre o fenômeno, que se opõe, desde seu início, a uma visão totalizante, portanto, marxista (Mattos, 2020). De uma perspectiva não marxista, há uma tendência a pensar na relação "fascismo-Estado" como restrita a regimes políticos (ditadura fascista). Isso é tão "político" quanto outras abordagens que invisibilizam o fenômeno ao negá-lo com distorções como: autoritarismo, totalitarismo, populismo, entre outras (Carnut, 2023).

Quando falamos de neofascismo, estamos nos referindo à readaptação e à reatualização de práticas fascistas às novas circunstâncias, típicas da atual crise do capital, que desde então não conseguiu encontrar uma solução a curto prazo. É importante dizer que não estamos dizendo que a crise estrutural do capital em 2007-2008 foi o único elemento explicativo do neofascismo, mas que um amálgama de elementos que já vinham se acumulando na história das sociedades capitalistas ocidentais encontrou na crise o momento político histórico para o surgimento de novos tipos de fascismo no mundo (Carnut, 2023). A ascensão da extrema direita global está relacionada ao fascismo como manifestação, ou seja, uma forma social de ódio e raiva que advém das próprias relações (entre capital e trabalho) e que encontra nas formas sociais de reprodução capitalista (forma-valor e forma-Estado) sua maneira de se condensar ao se reproduzir.

Ao mesmo tempo, não se pode dizer que o neofascismo seja algo ultrapassado. Carnut (2022) argumenta que não há muito o momento de 'apaziguamento' do fascismo, pois há uma perenidade histórica de raiva social que, às vezes, se restringe a pequenos grupos, e não pode ser vociferada na arena política, mas, em tempos de policrise, aparece com 'razoabilidade'. Não há nada de original no neofascismo do ponto de vista do surgimento dessa raiva (em sua essência), porém, há muito de original (em sua aparência), de modo que podemos dizer, mais uma vez, que as formas permanecem as mesmas, mas o conteúdo que adquirem é novo, pois se readaptam a novas circunstâncias como resposta a uma crise do capitalismo de várias dimensões, analisada na primeira seção deste artigo.

Portanto, em nossa perspectiva de derivar 'a forma-Estado' da 'forma-valor', tentamos resolver as controvérsias sobre o termo a partir da compreensão do fascismo como uma relação social. Se é uma relação social, como relação, sim, é a mesma, mas com formas diferentes: antiga (fascismo) ou nova (neofascismo). Portanto, como uma relação social de raiva de ambos os lados, ela advém tanto daqueles que estão cansados das reformas trabalhistas e das políticas sociais com caráter reformista, quanto daqueles que são prejudicados por esses retrocessos. Assim, dependendo do momento histórico de efusão do antagonismo social no mundo e na América Latina, é possível dizer que a

indignação social consolidou-se em 'formas' neofascistas ou ditaduras militares clássicas, não excluindo uma ou outra da compreensão, mas incorporando-as.

É no contexto da dificuldade do capital em enfrentar a crise de longo prazo, a policrise, que o neofascismo encontra terreno fértil para germinar. Entretanto, o neofascismo não pode ser entendido como a causa da crise capitalista, mas sim como seu produto claro, surgindo como uma resposta da classe dominante para mitigar os danos causados pelo capitalismo neoliberal sob a hegemonia do capital fictício. Dessa forma, o neofascismo revela o caráter “nu” das relações de dominação do capital, desmascarando abertamente a insuficiente “estatalidade”, contribuindo para sua ruptura e maior violência.

Robinson (2019) vai além ao dizer que o neofascismo do século XXI pode ser compreendido na triangulação entre o capital transnacional, o poder político militarizado e repressivo do Estado e as forças neofascistas na sociedade civil. Nesse sentido, seus projetos aludem a uma resposta mais contundente à crise capitalista, exacerbando o poder monopolista de violência física do Estado e vinculando-o à atuação de medidas anticíclicas à tendência de queda da taxa de lucro do setor produtivo, por exemplo, por meio da adoção de ajustes fiscais austeros e em sintonia com o poder do império do capital (a forma-Império).

### **Considerações finais**

No século XXI, a humanidade e o planeta estão enfrentando uma grave policrise do capitalismo, que se arrasta há algum tempo e indica que não está nem perto do fim. Essa policrise e seus efeitos nos permitem abrir um diálogo crítico radical em torno do papel, dos desafios e dos assuntos inacabados do Estado no capitalismo contemporâneo. As múltiplas contrarreformas trabalhistas e previdenciárias e as políticas econômicas ultraneoliberais — sob a intensa ascensão do neofascismo — implementadas pelos Estados nas últimas três décadas, garantindo um processo contínuo de expropriação dos direitos sociais dos trabalhadores em todo o mundo, e particularmente na América Latina, devem ser explicadas como contratendências à crise do capital — sua policrise — liderada pela violência do Estado e entendida como um momento de movimentação do capital. Dessa forma, o Estado, como “forma-Estado”, garante sua contribuição para o enfrentamento e intensificação da superexploração da classe trabalhadora.

Entendemos que nossa reflexão deve estar firmemente alicerçada na ideia de que o capital é uma relação de dominação (poder) entre seres humanos, um processo

complexo que se materializa como atividade política e como Estado. Na realidade, a essência do processo do capital está verdadeiramente em sintonia com a lógica do valor, ou em termos muito precisos, com a ‘forma-valor’.

Nessa perspectiva, não há como entender o Estado sem uma real compreensão da ‘forma Estado’, vinculada à totalidade do movimento do capital. Neste contexto de policrise, assistimos à ‘forma-Estado’, em consonância com o movimento do capital, intensificar a redução significativa dos direitos sociais da classe trabalhadora.

Também aqui não podemos esquecer que o modo de vida do capital é racional e se processa numa lógica imperial, na ‘forma Império’, nível superior da forma Estado, a partir da sua dedução da ‘forma valor’.

Assim, nesse contexto de capitalismo em crise, apresenta-se uma situação de diminuição do Estado como espaço de coesão social garantido por uma autoridade suprema, com maior peso para a verticalidade do poder, enfatizando o monopólio da violência física legítima e a adoção de contrarreformas que assegurem a participação da iniciativa privada no Estado e a abertura ao processo de privatização, por um lado, e, por outro, o excesso de poder coercitivo e controlador sobre a classe trabalhadora, com notável ascensão do neofascismo. Encontramos a presença mínima de um *Estado Res-Pública*, no qual a horizontalidade da coesão social se coloca presente.

## Referências

AIYAR, S; PRESBITERO, A; RUTA, M. (eds). ‘Goeconomic Fragmentation: The Economic Risks from a Fractured World Economy’, CEPR Press, Paris & London. 2023. <https://cepr.org/publications/books-and-reports/geoeconomic-fragmentation-economic-risks-fractured-world-economy>

ÁVALOS, G. *Leviatán y Behemoth*. Figuras de la idea del Estado, UAM-Xochimilco, 2ª. Edición, México, 2021.

ÁVALOS, G. La escisión de la vida política en la era del valor que se valoriza, primera parte. En: G. Ávalos y J. Hirsch. *La política del Capital*. Ciudad de México, UAM-X, 2007.

ÁVALOS, G. *La Estatalidad en transformación*. UAM-Xochimilco, 1ª. Edición, México, 2015.

ÁVALOS, G. (2015a). La contradicción Estado Leviatán / Estado Res-pública y la violencia desbordada. *Argumentos*. Estudios críticos de la sociedad, Núm. 78, mayo-agosto, 2015 a. <https://argumentos.xoc.uam.mx/index.php/argumentos/article/view/119/118>

ÁVALOS, G. Transfiguraciones del Estado. En: G. ÁVALOS (coord.). *La Política Transfigurada: Estado, ciudadanía y violencia en una época de exclusión* (pp. 19-43). UAM-Xochimilco, 1ª. Edición, México, 2016.

ÁVALOS, G. Precaria estatalidad. *Argumentos*. Estudios críticos de la sociedade. Núm. 86, enero-abril, 2018.

<https://argumentos.xoc.uam.mx/index.php/argumentos/article/view/4/1091>

ÁVALOS, G. *Ética y Política em Karl Marx*. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana; Editorial Terracota, 2022.

ÁVALOS, G. El principio de la estatalidad y su quiebre. In: C. Jáuregui, E. Ramírez, J. Cisneros (coords.) *Reflexiones em torno al Estado Mexicano: ausências y tareas pendientes* (pp. 9-30). Ciudad de México: Partido de la Revolución Democrática, 2021a.

ÁVALOS, G. *La filosofía política de Marx*. Barcelona: Herder Editorial, 2022.

ÁVALOS, G. y Hirsch J. *La política del Capital*. Ciudad de México, UAM-X, 2007.

ÁVALOS, G.; MENDES, Á. *La lógica del Estado en condiciones históricas turbulentas: Brasil y México en la mira*. UAM: Ciudad de México, 2024.

BEHRING, E. Fundo público e ajuste fiscal permanente no capitalismo contemporâneo em crise: impactos para o financiamento da saúde. En: Á. Mendes, y L. Carnut. (Orgs.). *Economia Política da Saúde: uma crítica marxista contemporânea*, (pp. 189-226). 1ed. São Paulo: Hucitec, 2022.

BOFFO, M.; SAAD-FILHO, A.; FINE, B Neoliberal Capitalism: The Authoritarian Turn. *Socialist Register*. Canada, v. 55, p. 312-320, 2019. <https://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/30951>

BONNET, A. ¿Neofascismo? Democaracia y neoliberalismo en América Latina. En: I. Boschetti, I; S. Granemann, F. Kilduff y Da Silva, M. (orgs.). *Os direitos não cabem no Estado: trabalho e política social no capitalismo* (pp. 63-89). São Paulo: Usina Editorial, 2023.

BOSCHETTI, I. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. En: I. BOSCHETTI (org.). *Expropriação e direitos no capitalismo* (pp. 131-165). São Paulo: Cortez, 2018.

BOSCHETTI, I Expropriação de direitos, superexploração e desigualdades de classe, gênero e raça no Brasil recente. En: I. Boschetti, I; S. Granemann, F. Kilduff y Da Silva, M. (orgs.). *Os direitos não cabem no Estado: trabalho e política social no capitalismo* (pp. 275-310). São Paulo: Usina Editorial, 2023.

BOSCHETTI, I; GRANEMANN, S; KILDUFF, F.; DA SILVA, M. *Os direitos não cabem no Estado: trabalho e política social no capitalismo*. São Paulo: Usina Editorial, 2023.

CARNUT, L. Neofascismo como objeto de estudo: contribuições e caminhos para elucidar este fenômeno. *Semina*. Ciências Sociais e Humanas (Online), Londrina, v. 41, p. 81-108, 202. <https://doi.org/10.5433/1679-0383.2020v41n1p81>

CARNUT, L. Neo-fascism and the public university: the Brazilian conjuncture in the Bolsonaro government. *Journal for Critical Education Policy Studies*, v. 19, p. 312-342, 2021. <http://www.jceps.com/wp-content/uploads/2021/05/19-1-11.pdf>

CARNUT, L. “O que o burguês faz lamentando... o fascista faz sorrindo”: Neofascismo, capital internacional, burguesia associada e o Sistema Único de Saúde. *Civitas: Revista de Ciências Sociais* (Impresso), v. 22, p. e41512, 2022. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2022.1.41512>

CARNUT, L. Neofascismo(s) latino-americano(s) – do fascismo ao neofascismo: compilando o debate. *Crítica Revolucionária*, v.3.13, 2023. [https://doi.org/10.14295/2764-4979/CR\\_RC.2023.v3.13](https://doi.org/10.14295/2764-4979/CR_RC.2023.v3.13)

CALLINICOS, A. *Deciphering Capital: Marx's Capital and its destiny*. London: Bookmarks Publications, 2014.

CHESNAIS, F. La théorie du capital de placement financier et les points du système financier mondial où se prépare la crise à venir. A l'Encontre, 04-26, 2019. <<http://alencontre.org/economie/la-theorie-du-capital-de-placement-financier-et-les-points-du-systeme-financier-mondial-ou-se-prepare-la-crise-a-venir.html>>

FOSTER, J.B.; SUWANDI, I. COVID-19 and Catastrophe Capitalism: Commodity Chains and Ecological-Epidemiological-Economic Crises. New York, NY: *Monthly Review*; vol. 72, no. 2, 2020. <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315149608-65/covid-19-catastrophe-capitalism-john-bellamy-foster-intan-suwandi>

IVANOVA, M. The dollar after the sanctions against Russia and the US banking crisis: How long can the centre hold? Paper presented at 2023 IIPPE - *International Initiative for Promoting Political Economy Annual Conference*. Universidad Rey Juan Carlos I, Madrid, Spain, 6 – 8 september, 2023.

IZQUIERDO, S. The weakness of the post-neoliberal restructuring in the United States and the challenges to its world hegemony. Paper presented at 2023 IIPPE - *International Initiative for Promoting Political Economy Annual Conference*. Universidad Rey Juan Carlos I, Madrid, Spain, 6 – 8 september, 2023.

IZQUIERDO, S., FUZARO, L.; MARIÑA Flores, A. *Coronavirus, depresión mundial y crisis sistémica*. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana, Azcapotzalco. México, 2021.

KLIMAN, A. *The failure of capitalist production: underlying causes of the Great Recession*. London: Pluto, 2012.

MCNAMARA, Courtney; BAMBRA, Clare. The Global Polycrisis and Health Inequalities. *International Journal of Social Determinants of Health and Health Services*. 2025 Feb 16:27551938251317472. doi: 10.1177/27551938251317472.

MARQUES, L. *O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência*. São Paulo: Elefante, 2023.

MARX, K. *O Capital*. V.3. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. *O Capital*. V.3. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. *O Capital*. V.3. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTOS, M. *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MENDES, Á. Crise do capital e o Estado: o desmonte da Saúde Pública brasileira em curso no neofascismo de Bolsonaro. En: A. Mendes, L. Carnut (Org.). *Economia Política da Saúde: uma crítica marxista contemporânea* (pp. 96-153). 1ed. São Paulo: Hucitec, 2022.

NAKATANI, P.; MARQUES, R. *O capitalismo em crise*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

- NOSAKI, W. A Militarização da Administração Pública no Brasil: Projeto de Nação ou Projeto de Poder? Caderno Reforma Administrativa 20. Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Maio, 2021. <https://fpabramo.org.br/observabr/wp-content/uploads/sites/9/2021/05/Cadernos-Reforma-Administrativa-20-V4.pdf>
- POULANTZAS, N. *Poder político y clases sociales en el Estado capitalista*. México: Siglo XXI, 1976.
- ROBERTS, M. *The long depression: how it happened, why it happened, and what happens next*. Chicago: Haymarket Books, 2016.
- ROBERTS, M. Climate change: the fault of humanity? *Michael Roberts Blog*. August 12<sup>th</sup>, 2021 <https://thenextrecession.wordpress.com/2021/08/12/climate-change-the-fault-of-humanity/>
- ROBERTS, M. The relative decline of US imperialism. *Michael Roberts Blog*. August 17, 2021a. <https://thenextrecession.wordpress.com/2021/08/17/the-relative-decline-of-us-imperialism/>
- ROBERTS, M. The three contradictions of the Long Depression. *Michael Roberts Blog*, March 13<sup>th</sup>, 2022 <https://thenextrecession.wordpress.com/2022/03/13/the-three-contradictions-of-the-long-depression/>
- ROBERTS, M. *Polycrisis and depression in the 21st century*. *Michael Roberts Blog*. January 5<sup>th</sup>, 2023 <https://thenextrecession.wordpress.com/2023/01/05/polycrisis-and-depression-in-the-21st-century/>
- ROBERTS, M. *World economic crisis*. *Marxismuss*, Berlin, 28 de mayo, 2023a. [https://thenextrecession.files.wordpress.com/2023/05/marx-is-muss-2023.pdf?fbclid=IwAR1Idi\\_QmefHzZQ3Y5uUUTkYwiSueZ8CYH\\_NOa3NXbVvtjdbW\\_LVpkwI-Bc](https://thenextrecession.files.wordpress.com/2023/05/marx-is-muss-2023.pdf?fbclid=IwAR1Idi_QmefHzZQ3Y5uUUTkYwiSueZ8CYH_NOa3NXbVvtjdbW_LVpkwI-Bc)
- ROBERTS, M. Las tasas suben, la economía baja. *Sin permiso*. 10 de mayo, 2023b. Recuperado de: <https://sinpermiso.info/textos/las-tasas-suben-la-economia-baja>
- ROBERTS, M. BRICS: getting bigger, but is it any stronger? *Michael Roberts Blog*. August 24, 2023c <https://thenextrecession.wordpress.com/2023/08/24/brics-getting-bigger-but-is-it-any-stronger/>
- ROBERTS, M. Polycrisis again. *Michael Roberts Blog*. October 8, 2023d. <https://thenextrecession.wordpress.com/2023/10/08/polycrisis-again/>
- ROBINSON, W. *América Latina y el capitalismo global: una perspectiva crítica de la globalización*. México: Siglo veintiuno, 2015.
- ROBINSON, W. Accumulation Crisis and Global Police State. *Critical Sociology*. 1–14, 2018. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0896920518757054>
- ROBINSON, W. Capital has an Internationale and it is going fascist: time for an international of the global popular classes. *Globalizations*. United Kingdom, v. 16, n. 7, p. 1085-1091, 2019. <https://doi.org/10.1080/14747731.2019.1654706>
- ROBINSON, W. Élite de Davos a la deriva frente a “polycrisis” del capitalismo global. *La Jornada*. 17 de febrero, 2023. <https://www.jornada.com.mx/2023/02/05/opinion/011a2pol>
- WALLACE, R. *Big Farms Make Big Flu*. New York, NY: Monthly Review Press, 2016.